

**CURSO DE MONITOR DA
SOCIAL CARCERÁRIA
FASE 02/04**



**APROXIMAÇÃO FAMILIAR, CERTIDÕES,
ATESTADOS, INDUTOS, REMISSÃO,
REVISÃO PROCESSUAL**

www.socialcarceraria.org.br

“lealdade profissionalismo justiça e liberdade”

ORIENTAÇÃO

PEDIDO DE APROXIMAÇÃO FAMILIAR

Antes de preencher o formulário de requerimento de pedido de aproximação familiar você deve ler atentamente todas as orientações sobre o mesmo, já que inocentemente pode estar prejudicando o encarcerado.

1) Observe se o encarcerado esta no lapso temporal de pleitear o benefício, sendo claro que em muitos estados da federação a exigência é de ter o encarcerado cumprido no mínimo 1/6 de sua pena com o que não concordamos mesmo porque quem já cumpriu 1/6 da , tem direito a progressão de regime prisional e não à aproximação familiar.

2) Ocorrendo o mencionado no item anterior e você pleitear a aproximação familiar, estará retardando o direito de progressão de regime do encarcerado, já que se for deferida a aproximação familiar o processo de execução estará sendo remetido para a nova vara de execução responsável pelo novo estabelecimento prisional, este processo é moroso e enquanto o processo não chegar não tem como o juiz da nova vara de execuções apreciar pedidos de progressão de regime.

3) Alertamos ainda que as unidades prisionais exigem uma permanência mínima de 3 (três) meses, para expedir o atestado de bom comportamento carcerário fato, que também pode retardar eventual pedido de benefício de progressão de regime.

4) É importante juntar ao pedido de aproximação familiar o maior numero de documentos dos quais passamos a relacionar;

a) Atestado de bom comportamento carcerário a ser pleiteado pelo reeducando junto a unidade prisional que se encontra.

b) Prova de residência o mais próximo possível do estabelecimento prisional para aonde pretende ser transferido.

c) É importante que a prova de residência esteja em nome de pessoas que constem do rol de visitas.

5) O requerimento devera ser enviado para o reeducando pelo correio para que o mesmo o protocole junto ao estabelecimento penal.

6) Deve o requerimento ser feito em duas vias a fim de que o reeducando possa ficar com uma via de protocolo em seu poder.

7) Em vários estados da federação estes pedidos são efetuados junto às coordenadorías porem como a atuação e feita no estabelecimento penal, torna-se mais rápido protocolá-lo diretamente junto ao estabelecimento penal.

8) A forma que sugerimos pelo correio é a mais indicada já que na maior parte dos estabelecimentos penais do Brasil, os diretores determinam a oitiva do reeducando quase que imediatamente a protocolização do expediente.

9) Não é concedido este benefício a reeducando que cometeu falta grave nos últimos 6 (seis) meses.



S O C I A L C A R C E R Á R I A

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg.11288 - 8º RTD

Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

ILUSTRÍSSIMO. SENHOR (A) DIRETOR (A) DE ESTABELECIMENTO PENAL NOS TERMOS DA LEI 7.210/84 ARTIGO 41 INCISO XIV

PEDIDO DE APROXIMAÇÃO FAMILIAR.

Nome _____

RG _____ MATRICULA _____

Pai. _____

Datas do nascimento ___/___/___ UF _____

DOS FATOS

O REQUERENTE se encontra, custodiado nesta unidade prisional, aonde mantêm até esta data bom comportamento, ocorre no entanto, que está muito distante de seus familiares, fato que dificulta o recebimento de visitas estas tão importantes para um satisfatório trabalho de ressocialização.

DOS REQUERIMENTOS

Determine V. Sá. a instauração do competente procedimento administrativo nos moldes regimentais e constitucionais, instruindo-o com todos os documentos que se fizerem necessário.

Instruído o expediente, determine a juntada ao mesmo dos boletins informativos referentes ao REQUERENTE.

Determine a oitiva do REQUERENTE, para fins de obter do mesmo, declaração sobre qual o Estabelecimento Penal que gostaria de ser transferido, e na falta de vagas neste, quais os outros dois que teria preferência.

Determine a expedição e juntada no presente do atestado de bom comportamento e conduta carcerária do REQUERENTE.

Após os procedimentos de praxe determine a remessa do presente expediente para a Coordenadoria de Unidades Prisionais responsável por este estabelecimento, a fim de que se possa conceder o BENEFÍCIO.

Termos em que, com os documentos inclusos. Pede e espera deferimento.

_____ de _____ de 200__

REQUERENTE

ORIENTAÇÃO

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

A certidão de e pé, é uma das peças para se alcançar a liberdade, tanto na de uma preventiva, como no de um e até na progressão de regime prisional para um mais brando.

É comum vermos reeducados por e até anos a chegada de uma certidão de objeto e pé de um dos processos que respondeu, para ficar provado que foi absolvido ou ate mesmo que o processo ainda não foi concluído.

Pleitear esta certidão faz parte dos trabalhos das unidades prisionais, porem com o acumulo de presos e ate mesmo as constantes transferências dos o trabalho por não ser feito no tempo em que o reeducando que fosse,

Pedir para familiares providenciar, fica sendo a única opção para quem não dispõe de condições financeiras de contratar um advogado particular, porem isto nem é sempre é possível dado aos afazeres e o desconhecimento dos familiares das exigências jurídicas.

Estas certidões também são cobradas e muitas não tem condições de pagar nem a condução que dirá a taxa para obtê-las.

A Social Carcerária ingressou com um projeto de lei junto ao Congresso Nacional, pleiteando o aditamento da Lei 1.060 de 1.950, para estender os benefícios já justiça gratuita a certidões e cópias de documentos e vem obtendo êxito em pedidos mesmo ainda estando o projeto e mãos do relator.

A Social Carcerária vem obtendo grande êxito no uso deste formulário vez que são os juizes que o estão deferindo, mesmo porque não significa ferir o direito de fato também questionável, pois se o requerente possui um advogado do estado, entende-se tecnicamente estar ele sendo bem assistido juridicamente.

Como fazer uso do formulário.

*1)- Preenchê-lo em duas vias para poder ficar com uma de protocolo.
2)- Não esquecer de colocar o numero da vara, Comarca e Estado no cabecário.*

3)- Preencher, atentamente o numero do processo e do controle, para evitar o extravio da petição no cartório distribuidor.

4)- Remeter peio correio para o reeducando, para que o mesmo assine e peça para o estabelecimento penal que esta custodiado protocolar em qualquer fórum, pois o sistema de protocolo é integrado em todos os estados da Federação Brasileira.

5)- O estabelecimento Penal é obrigado a efeuar o protocolo e entregar o comprovante para o custodiado nos termos do artigo 40 inciso XIV da Lei 7.210 de 1984 de Execuções .

OBSV. Deve se mandar um bilhete para o reeducando colocando no mesmo o constante no parágrafo acima pois, pode o estabelecimento prisional achar que o mesmo não tem direito de ter sua protocolada do estabelecimento prisional.



SOCIAL CARCERÁRIA

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg.257966-1º RTD

Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

**EXIMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA _____ DA
COMARCA DE _____ DO ESTADO DE _____**

PROCESSO Nº _____

CONTROLE N * _____

Nome _____
RG _____ MATRICULA _____
Pai _____
Mãe _____
Data do nascimento ____ / ____ / ____ UF _____
Penitenciária de _____
Local _____
Cidade _____ Cep _____

O REQUERENTE se encontra privado da Liberdade, estando custodiado na unidade prisional acima referida e necessitando para fins de ver reconhecido seus direitos de ampla defesa que lhe são assegurados através do artigo 5º parágrafo LV da Constituição da República Federativa do Brasil, ter em mãos, Certidão de objeto e pé do processo acima referendado, valem-se do presente para nos termos do artigo 5º Parágrafos XXXIII e XXXIV- letras A e B, da CF e artigos 1º e 2º da Lei nº 9.051 requerê-la.

Como o REQUERENTE é beneficiário da justiça gratuita nos termos da lei 1.060 de 1950, por não ter condições de arcar com sua defesa sem comprometer o sustento de sua família, vale-se do presente para requerer a V. Excia que se digne determinar a expedição da Certidão de Objeto e pé dos autos acima mencionado, determinando ainda que o cartório remeta-a para a minha pessoa no endereço da unidade prisional acima mencionada.

Desde já contando com sua consideração.

Peço e espero deferimento

_____ de _____ de 20____

REQUERENTE



S O C I A L C A R C E R Á R I A

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg.257966-1º RTD

Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

**EXIMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA _____ DA
COMARCA DE _____ DO ESTADO DE _____**

PROCESSIONº _____

CONTROLE N* _____

Nome _____
RG _____ MATRICULA _____
Pai. _____
Mãe. _____
Data do nascimento . ____ / ____ / ____ UF _____
Penitenciária de _____
Local . _____
Cidade _____ Cep _____

O REQUERENTE se encontra privado da Liberdade, estando custodiado na unidade prisional acima referida e necessitando para fins de ver reconhecido seus direitos de ampla defesa que lhe são assegurados através do artigo 5º parágrafo LV da Constituição da República Federativa do Brasil, ter em mãos, Certidão Positiva do processo acima referendado, vale-se do presente para nos termos do artigo 5º Parágrafos XXXIII e XXXIV- letras A e B, da CF e artigos 1º e 2º da Lei nº 9.051 requerê-la.

Como o REQUERENTE é beneficiário da justiça gratuita nos termos da lei 1.060 de 1950, por não ter condições de arcar com sua defesa sem comprometer o sustento de sua família, vale-se do presente para requerer a V. Excia que se digne determinar a expedição da Certidão Positiva dos autos acima mencionado, determinando ainda que o cartório remeta-a para a minha pessoa no endereço da unidade prisional acima mencionada.

Desde já contando com sua consideração.

Peço e espero deferimento

_____ de _____ de 20____

REQUERENTE

ORIENTAÇÃO

PEDIDO INDUTO PERDÃO DE PENA

Tradicionalmente nos meses de dezembro de todos os anos, por ocasião das festividades comemorativas do natal, o Presidente da Republica em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do artigo 84 da Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988, concede a que esta no direito de merecer o perdão da pena através de induto.

As regras do induto de perdão de pena são editadas anualmente de acordo com a proposta, formulada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciaria devidamente acolhida pelo Ministro da Estado da Justiça.

Normalmente o perdão de pena é concedido a condenados primários com penas não superiores a 5 (seis) anos, não substituída por restritivas de direitos ou multa e também não beneficiado com as suspensões condicionais da pena, que tenham cumprido no mínimo 1/3 da mesma e contem com bom comportamento.

Este beneficia também costuma ser estendido a reincidentes porem com a exigência de ter o mesmo cumprido 2/6 da pena.

Como fazer uso do formulário.

- 1)- Preenchê-lo em duas vias para poder ficar com uma de protocolo.
- 2)- Juntar ao mesmo um atestado de boa conduta carcerária se ainda estiver preso,
- 3)- Remeter pelo correio para o reeducando, para que o mesmo assine e peça para o estabelecimento penal que estas custodiadas, protocolares junto a Vara de Execuções Penais da comarca caso ainda esteja preso porem se estiver solto pode protocolar em qualquer fórum já que o sistema de protocolo é integrado.
- 4)- O pedido deve ser encaminhado ao juiz responsável pela execução do requerente, sendo certo que estando ele cumprindo benefício em outro município ou Estado deve-se endereçar o pedido para este juiz.
- 5)- O estabelecimento Penal é obrigado a efetuar o protocolo e entregar o comprovante para o custodiado nos termos do artigo 40 inciso XIV da Lei de Execuções Penais em caso de estar o mesmo recluso.

OBSV. Deve se mandar um bilhete para o reeducando colocando no mesmo o constante no parágrafo acima pois pode o estabelecimento prisional achar que o mesmo não tem direito de ter sua petição protocolada através do estabelecimento prisional.



S O C I A L C A R C E R Á R I A

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg.257966-1º RTD

Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

**EXLMO. SR.(a) DR.(a) JUIZ (a) DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES
PENAIIS DE _____**

PROCESSO DE EXECUÇÃO Nº _____

INDUTO CONDICIONAL DE PERDÃO DE PENA

Nome. _____
RG _____ MATRICULA _____
Pa! _____
Mãe _____
Data do nascimento. ____ / ____ / ____ UF _____

DOS FATOS

O REQUERENTE já cumpriu o lapso temporal que lhe permite obter o benefício de perdão de pena, nos moldes em que foi aprovado pelo Decreto Federal amparado no artigo 84 inciso XII da Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988.

Não consta no prontuário do REQUERENTE, nos prazos previstos no decreto nenhuma falta grave que possa impedi-lo de obter o benefício pleiteado, fato que o torna direito liquido e certo.

DOS REQUERIMENTOS

A)- Requer a juntada aos autos do atestado de boa conduta carcerária e demais documentos que comprovam estar o requerente apto a merecer o benefício pleiteado.

B)- Seja dada a ciência ao Ministério Publico para manifestar-se nos termos e prazos do artigo 196 da Lep 7.210 de 1984.

C)- Seja remetido o auto, para o contador a fim de que nos mesmos prazos constantes do parágrafo antecedente, confira e ateste os direitos do REQUERENTE.

D)- Seja por sentença Concedido o direito pleiteado, oficiando-se para ciência e providências cabíveis, todos os órgãos que se façam necessários.

Termos em que

Peço e espero deferimento

_____ de _____ de 20____

REQUERENTE

ORIENTAÇÃO

PEDIDO INDUTO PERDÃO DE PENA

Tradicionalmente nos meses de dezembro de todos os anos, por ocasião das festividades comemorativas do natal, o Presidente da Republica em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do artigo 84 da Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988, concede a que esta no direito de merecer a comutação de pena de induto.

As regras do induto de perdão de pena são editadas anualmente de acordo com a proposta, formulada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciaria devidamente acolhida pelo Ministro da Estado da Justiça.

Normalmente o perdão de pena é concedido a condenadas penas privativas de liberdade não substituida por restritivas de direitos ou multa e não beneficiado com suspensão condicional da pena e que tenha cumprido no mínimo $\frac{1}{4}$ do total da pena, se não reincidente ou $\frac{1}{3}$ se for reincidente, e não preencha os requisitos do deste decreto para receber induto, terá comutado a pena remanescente de $\frac{1}{4}$, se não reincidente, e de $\frac{1}{5}$, se reinicidante, aferida na data acima mencionada.

Este beneficio é espefífico para condenados a penas superiores a 6 (seis) anos e que se enquadrem no induto de perdão de pena.

Este benefício poderá ser requerido novamente após dois anos.

Como fazer uso do formulário.

- 1)- Preenchê-lo em duas vias para poder ficar com uma de protocolo.
- 2)- Juntar ao mesmo um atestado de boa conduta carcerária se ainda estiver preso,
- 3)- Remeter pelo correio para o reeducando, para que o mesmo assine e peça para o estabelecimento penal que estas custodiadas, protocolares junto a Vara de Execuções Penais da comarca caso ainda esteja preso porem se estiver solto pode protocolar em qualquer fórum já que o sistema de protocolo é integrado.

4)- O pedido deve ser encaminhado ao juiz responsável pela execução do requerente, sendo certo que estando ele cumprindo benefício em outro município ou Estado deve-se endereçar o pedido para este juiz.

5)- O estabelecimento Penal é obrigado a efetuar o protocolo e entregar o comprovante para o custodiado nos termos do artigo 40 inciso XIV da Lei de Execuções Penais em caso de estar o mesmo recluso.

OBSV. Deve se mandar um bilhete para o reeducando colocando no mesmo o constante no parágrafo acima pois pode o estabelecimento prisional achar que o mesmo não tem direito de ter sua petição protocolada através do estabelecimento prisional.



S O C I A L C A R C E R Á R I A

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg.257966-1º RTD

Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

**EXLMO. SR.(a) DR.(a) JUIZ (a) DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES
PENAS DE _____**

PROCESSO DE EXECUÇÃO Nº _____

INDUTO CONDICIONAL DE COMUTAÇÃO DE PENA

Nome _____

RG _____ MATRICULA _____

Pa! _____

Mãe _____

Data do nascimento. ____ / ____ / ____ UF _____

DOS FATOS

O Requerente já cumpriu o lapso temporal que lhe permite obter o benefício de perdão de pena, nos moldes em que foi aprovado pelo Decreto Federal amparado no artigo 84 inciso XII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Não consta no prontuário do REQUERENTE, nos prazos previstos no decreto nenhuma falta grave que possa impedi-lo de obter o benefício pleiteado, fato que o torna direito líquido e certo.

DOS REQUERIMENTOS

A)- Requer a juntada aos autos do atestado de boa conduta carcerária e demais documentos que comprovam estar o requerente apto a merecer o benefício pleiteado.

B)- Seja dada a ciência ao Ministério Público para manifestar-se nos termos e prazos do artigo 196 da Lep 7.210 de 1984.

C)-Sejam remetidos os autos, ao contador a fim de que nos mesmos prazos constantes do parágrafo antecedente, confira e ateste os direitos do REQUERENTE.

D)- Seja por sentença Concedido o direito pleiteado, oficiando-se para ciência e providenciam cabíveis, todos os órgãos que se façam necessários.

Termos em que

Peço e espero deferimento

_____de _____ de 200_____

REQUERENTE

ORIENTAÇÃO

PEDIDO DE CAPA A CAPA

O custo de cópias de processo é um tanto quanto alto para um cidadão de baim poder aquisitivo além de que quando se está sendo defendido pelo estado muitas são as dúvidas que ficam com relação ao processo.

A Social Carcerária vem obtendo grande êxito no uso deste formulário vez que muito são os juizes que o estão deferindo, mesmo porque não deferir significa ferir o direito de ampla defesa, fato também questionável, pois se o requerente possui um advogado do estado, entende-se tecnicamente estar ele sendo bem assistido juridicamente.

Com a copia do capa a capa o reeducando que estiver preparando sua própria defesa poderá ter mais condições de fazê-la ou até mesmo passar orientações para que a esteja providenciando.

Como fazer uso deste formulário.

1)- Preenchê-lo em duas vias para poder ficar com uma de protocolo.

2)- Não esquecer de colocar o numero da vara, Comarca e Estado no cabeçário.

3)- Preencher atentamente o numero do processo a efo controle, para evitar o extravio

4)- pelo correio para o reeducando, para que o mesmo assine e peça para o estabelecimento penal que esta custodiado protocolar em qualquer fórum, pois o sistema de protocolo é integrado com todos os estados da Federação Brasileira.

5)- O estabelecimento Penal é obrigado a efetuar o protocolo e entregar o comprovante o custodiado nos termos do artigo 40 inciso XIV da Lei de Execuções Penais.

OBSV. Deve se mandar um bilhete o reeducando colocando no mesmo o constante no parágrafo acima pois pode o estabelecimento prisional achar que o mesmo não tem direito de ter sua petição protocolada através do estabelecimento.



S O C I A L C A R C E R Á R I A

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg.257966-1º RTD

Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

**EXIMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA _____ DA
COMARCA DE _____ DO ESTADO DE _____**

PROCESSIONº _____

CONTROLE N* _____

Nome _____
RG _____ MATRICULA _____
Pai . _____
Mãe. _____
Data do nascimento. ____ / ____ / ____ UF _____
Penitenciária de _____
Local . _____
Cidade _____ Cep _____

O REQUERENTE se encontra privado da liberdade, estando custodiado na unidade prisional acima referida e necessitando para fins de ver reconhecido seus direitos de ampla defesa que lhe são assegurados através do artigo 5º parágrafo LV da Constituição da República Federativa do Brasil, ter em mãos, cópias do CAPA A CAPA do processo acima referendado

Como o REQUERENTE é beneficiário da justiça gratuita nos termos da lei 1.060 de 1950, por não ter condições de arcar com sua defesa sem comprometer o sustento de sua família, vale-se do presente para requerer a V. Excia que se digne determinar a extração da copia do referido processo, determinando ainda que o cartório remeta-a para a minha pessoa no endereço da unidade prisional acima mencionada.

Desde já contando com sua consideração.

Peço e espero deferimento

_____ de _____ de 20 ____

REQUERENTE

